



EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

INCLUSIVE EDUCATION AND THE INITIAL TRAINING OF TEACHER IN THE UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Françoisa Gontíjo Timóteo

Instituto Federal Goiano – Campus Trindade
franufg@gmail.com

Alex Tristão de Santana

Instituto Federal Goiano – Campus Trindade
alex.santana@ifgoiano.edu.br

Resumo: A pesquisa intitulada *Educação inclusiva e a formação docente* está vinculada ao curso de Especialização em Ensino de Humanidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano – Campus Trindade) e teve como objetivo central investigar a inserção do conteúdo de educação inclusiva nas licenciaturas vinculadas à formação de docentes para o ensino na educação básica ofertadas pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Goiânia. Parte-se do pressuposto que o contato com disciplinas que discutem educação inclusiva na formação inicial docente é fundamental, sobretudo para os profissionais que atuarão nas redes de ensino público, o que proporcionará capacitação frente à diversidade encontrada em sala de aula, contribuindo assim para o real processo de inclusão escolar. Para a realização deste trabalho, optou-se pela pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Ao analisar os Projetos Pedagógicos do Curso (PPCs) e suas matrizes curriculares, foi possível constatar que apenas quatro cursos de licenciaturas ofertam disciplinas relacionadas aos fundamentos da educação inclusiva, sendo eles: Pedagogia, Química, Dança e Educação Física. Espera-se que este estudo possa contribuir e dar visibilidade e ressaltar a importância da temática nos cursos de formação de professores.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Formação docente. Licenciaturas da UFG/Regional Goiânia. Prática pedagógica.

Abstract: The research headed *Inclusive Education and teacher education* is bound to the Specialization course in teaching of humanities of Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano – Campus Trindade) and it had as main purpose to investigate the Inclusion of the content of inclusive education in the undergraduate courses bound to the training of teachers for teaching in basic education offered by the Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Goiânia. We start from the assumption that the contact with subjects in which is discussed inclusive education in teacher training is very important, mostly for professional who will act in public education, what can enable them initially to face the diversity found

in the classroom, in order to contribute to the real process of school inclusion. For accomplishing this work, we opted for bibliographic research and documentary research. When analyzing the pedagogical projects of the course (PPCS) and their curricular matrices, it was possible to note that only four undergraduate courses offer subjects related to the fundamentals of inclusive education, being them: Pedagogy, Chemistry, Dance and Physical Education. It is hoped that this study can contribute and give visibility to the importance of the theme in teacher training courses.

Keywords: Inclusive education. Teacher training. Licentiations of UFG/Regional Goiânia. Pedagogical practice.

Introdução

Esta pesquisa tem como intuito principal investigar a inserção do conteúdo de educação inclusiva nas licenciaturas ofertadas pela Universidade Federal de Goiás, Regional Goiânia, uma vez que, esta é a principal instituição pública formadora de professores da Região Metropolitana de Goiânia (RMG). Outro ponto que teve destaque nas análises também foi legislação atual, pertinente ao assunto.

Este tema surgiu através de inquietações referentes às matrizes de alguns cursos de licenciaturas que, muitas vezes, não oferecem disciplinas relacionadas à educação inclusiva. Assim como, a partir das reflexões realizadas pela pesquisadora enquanto docente recém-efetivada da Rede Municipal de Goiânia, onde, constantemente, é possível encontrar docentes buscando conhecimentos sobre inclusão com o argumento principal de não terem tido formação inicial suficiente para lidar com a diversidade com a qual se deparam em sala de aula. Dessa forma, a pesquisadora compartilha dos mesmos desafios e inquietações encontrados por estes.

Assim, este trabalho busca reforçar a importância de se discutir a educação inclusiva durante os cursos de formação de professores, uma vez que são estes profissionais que lidam diretamente com a diversidade dos sujeitos que frequentam os ambientes escolares na educação básica, entre eles as pessoas com deficiência (PcD). Por isso, considera-se que, no âmbito teórico, têm sido realizadas muitas discussões, mas ainda há muito a avançar para a sua real efetivação.

De modo geral, entende-se que o fato de os docentes terem ou não disciplinas sobre inclusão durante a graduação não significa que este será um agente engajado na educação para a diversidade. Porém, parte-se do pressuposto da importância que esta discussão aconteça para que o discente de licenciatura tenha uma formação ampla, para que sua prática docente seja orientada não por mero fazer pedagógico. Sendo assim, com base nas análises feitas, intentou-se responder à seguinte questão: o que ainda falta para que se avance em relação à formação de professores para a inclusão escolar?

Dessa forma, este artigo pretende dar visibilidade para a temática da educação inclusiva com intuito de contribuir para a formação de professores. Visa também provocar e despertar os envolvidos para a necessidade de refletir sobre a diversidade e a inclusão escolar.

Educação inclusiva: desafios e perspectivas

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional Brasileira (LDB), em seu capítulo V, artigo 58, entende a educação especial como: “[...] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996). Já a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, afirma em seu art. 2º que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001).

No que tange às políticas educacionais para formação de professores para educação inclusiva, o Plano Nacional de Educação (PNE)¹ aprovado pela Lei Nº 13.005/2014 com vigência de 10 anos, apresenta em sua meta quatro, que trata da Educação Especial/Inclusiva, vinte estratégias. Dentre elas, está a

¹ Para maiores informações consultar: <<http://pne.mec.gov.br/>>.

estratégia dezesseis, que ressalta o compromisso com os estudos das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em nível de formação continuada e pós-graduação. Segundo o PNE, esta é uma meta ainda em andamento.

A ausência de conhecimento do professor sobre as peculiaridades das deficiências, o não reconhecimento das potencialidades destes estudantes e a não flexibilização do currículo podem ser considerados fatores determinantes para barreiras atitudinais, práticas pedagógicas distanciadas das necessidades reais dos educandos e resistência com relação à inclusão. (PIMENTEL, 2012, p. 139).

Logo, entende-se que, em termos de legislação, a educação inclusiva tem avançado, porém, em termos de efetivação das leis, ainda é preciso continuar lutando e avançando.

Susana Couto Pimentel (2012), em seu artigo “Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos” acredita que a inexistência da formação docente para inclusão gera o fenômeno da “pseudoinclusão”, ou seja, o que acontece na prática é apenas a inserção do aluno na escola regular, sem que ele esteja realmente incluído no processo educacional, haja vista que o fato de o estudante estar matriculado não significa que esteja envolvido no processo de aprendizagem.

Maria Teresa Égler Mantoan (2003), no capítulo “Inclusão escolar: o que é?”, do livro “Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?”, chama esse processo de “integração”. Ressalta-se, porém, a necessidade de se ter clareza de que inserir e integrar não é o mesmo que incluir. Segundo a autora, na atualidade existe uma crise de paradigmas em que constantemente convivemos com o novo, mesmo sem perceber, porque o mundo está sempre mudando e se reinventando.

Nesse contexto, há pessoas que sentem a necessidade de estar sempre atentos e atualizados ao que há de novo, para que não corram o risco de ficar à margem da sociedade. São essas que estão sempre à frente, ultrapassam as

barreiras do conhecimento e das artes, por exemplo. Conforme a autora supracitada, inauguram um novo cenário para as manifestações humanas.

Para Mantoan (2003), as pessoas agem, refazem, propõem, aprimoram, ampliam através de paradigmas.

Uma crise de paradigma é uma crise de concepção, de visão de mundo e quando as mudanças são mais radicais, temos as chamadas revoluções científicas. O período em que se estabelecem as novas bases teóricas suscitadas pela mudança de paradigmas é bastante difícil, pois caem por terra os fundamentos sobre os quais a ciência se assentava, sem que se finquem de todo os pilares que a sustentarão daí por diante. (MANTOAN, 2003, p. 11).

Nesse sentido, as crises de paradigmas, mesmo quando não são radicais, envolvem incertezas e inseguranças, mas também liberdade e ousadia, que permitem a busca de alternativas capazes de sustentar a realização de mudanças.

Sabe-se que a escola atual é caracterizada como formal, racional, com grades curriculares, modalidades de ensino e outros. A inclusão aparece nesse contexto como uma proposta de ruptura na organização estrutural da escola, já que, de acordo com a autora, a educação tem passado por um momento de reinterpretação. Há, ainda, novos paradigmas surgindo no campo educacional, uma vez que se tem demonstrado maior necessidade em discutir as diferenças culturais, religiosas, étnicas, sociais e tantas outras. Surge então um novo paradigma de ensino no intuito de ultrapassar o modelo fechado e esgotado. A escola, ao ver as transformações ocorrerem na sociedade, não pode ignorá-las, é preciso se abrir e acolher essas transformações para que o processo de ensino e aprendizagem não seja prejudicado e envolva todos.

Para Mantoan (2003 p. 12), “[...] aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos”. Ao explicar que a escola se abriu para acolher as diferenças dos novos grupos sociais, mas não se abriu para os novos conhecimentos, a autora critica o modo como os conhecimentos são sistematizados na escola, com disciplinas isoladas e divisão do ensino em escolas regulares e especiais, alunos deficientes e normais, e outras, que

reduzem o pensamento científico e demonstram um ensino mecanicista, formalista.

Como afirma Lúcia de Araújo Ramos Martins (2012), em “Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva”, não basta oferecer aos alunos acesso às escolas, é necessário também que o ensino ministrado seja de qualidade e para todos, para isso é preciso investir na formação inicial dos profissionais de educação para que possam atuar da melhor forma possível frente à diversidade de seu alunado. Assim, ressalta que o número de cursos de licenciaturas que têm ofertado disciplinas referentes à educação inclusiva tem aumentado, principalmente por conta de algumas portarias ministeriais, porém:

[...] ainda existe, da parte dos docentes em formação, a necessidade de um aprimoramento deste processo, a partir da ampliação da carga horária das disciplinas ofertadas, assim, como da oferta de outras disciplinas que oportunizem um maior aprofundamento teórico e prático, nesse campo educacional. (MARTINS, 2012, p. 36).

Ao discutir inclusão, é necessário falar de exclusão e dos processos de resistências que os grupos minoritários enfrentam, principalmente ao lutarem pelo acesso à escola. As pessoas com deficiência, principalmente, eram e ainda são consideradas por uma parcela da população sujeitos que deveriam estar à parte da sociedade.

Assim, a Declaração de Salamanca², que trata dos princípios, políticas e práticas em educação especial destaca a importância de o currículo ser adaptado à criança e não vice-versa.

Miguel Gonzalez Arroyo (2014), ao escrever o livro “Outros sujeitos, outras pedagogias”, apesar de não ser um teórico que trata diretamente da inclusão aborda sobre os “outros sujeitos”, afirma que, se nas escolas e universidades há outros sujeitos sociais afirmando a presença em ações coletivas, é preciso então se pensar outras pedagogias. O autor faz provocações no sentido de refletir, principalmente, sobre as indagações que esses outros sujeitos trazem para as teorias pedagógicas e de que forma eles podem contribuir para o processo de formação dos docentes.

² Para maiores informações consultar: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>.

Nas pedagogias escolares se avança também no reconhecimento de que com os Outros Sujeitos, outras crianças, adolescentes, jovens e adultos que chegam às escolas e às universidades chegam outros conhecimentos, outras vivências de mundo, logo outras leituras de mundo, de cidade, do campo. Chegam outras formas de ser/viver a infância, a adolescência, a juventude, logo outras leituras de si mesmas. (ARROYO, 2014, p. 34-35).

Ao realizar essa discussão, apesar de não tratar diretamente da inclusão escolar da PcD, o autor nos permite pensar outras perspectivas, ao dar visibilidade a processos de resistências e de produção de conhecimentos por grupos minoritários. E afirma que, nesses processos de buscas por direitos, esses sujeitos produzem conhecimentos que muitas vezes não são válidos no meio acadêmico. Para Arroyo (2014), esses conhecimentos são fundamentais para repensar as práticas pedagógicas, pois não há como formar outros sujeitos sem que haja outras pedagogias.

Desse modo, para que o processo de inclusão escolar ocorra efetivamente, é preciso que haja um trabalho de várias mãos. É necessário inovar, somar esforços para modernização e reestruturação das condições da maioria das escolas brasileiras. Além disso, deve-se levar em consideração a forma como o ensino é ministrado e como a aprendizagem é concebida.

Como afirma Mantoan (2003), para a efetivação da educação inclusiva, é fundamental um ensino que forme para a cidadania global, que seja livre de preconceitos e valorize as diferenças existentes.

A educação inclusiva nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Goiás/Regional Goiânia

A metodologia empregada neste artigo envolve a articulação entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5), ao discutirem sobre pesquisa documental, afirmam que esta é muito próxima da bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental

recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, são fontes primárias.

Em se tratando de Pádua (2012, p. 193-194), a autora entende que a pesquisa bibliográfica é o tipo de pesquisa que antecede todos os demais tipos, pois “[...] é a realizada por meio da identificação, localização e compilação dos dados escritos em livros, artigos de revistas especializadas, publicações de órgãos oficiais, bases de dados, etc.” Assim, esse tipo de pesquisa permite que o pesquisador não fique preso somente ao material encontrado, pois oferece também a possibilidade de se estabelecer novas relações, podendo acrescentar algo ao conhecimento existente, utilizando para isso procedimentos do método científico.

Partindo do pressuposto da importância da oferta de disciplinas que discutam sobre os fundamentos práticos e metodológicos da educação inclusiva nos cursos de licenciatura, analisou-se documentos norteadores que regulamentam a oferta de cursos de graduação na UFG, os respectivos PPCs e as matrizes curriculares das licenciaturas.

Segundo o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2017), o PPC é o documento norteador da prática educativa do curso no qual é possível encontrar os fundamentos políticos, filosóficos, teórico-metodológicos, objetivos, formas de organização e de avaliação do curso. Nele, existem três principais núcleos que constituem as grades curriculares das graduações; o Núcleo comum (NC), que se refere aos conteúdos básicos que devem ser cursados para a formação profissional do discente, que pode ser composto por disciplinas obrigatórias; o Núcleo específico (NE), que são os conteúdos cursados que darão especificidade para formação profissional; e o Núcleo Livre (NL), que são disciplinas que têm por intuito ampliar e diversificar a formação do discente, oferecendo, assim, aprofundamento em áreas de interesse através do intercâmbio entre estudantes de diferentes cursos da Universidade. Podem ser ofertadas como NL disciplinas exclusivamente para esse núcleo ou disciplinas oferecidas com vagas disponíveis. E cabe ao Conselho Diretor definir quais disciplinas do NC ou do NE não poderão ser oferecidas como NL.

A Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 47 afirma que as Instituições Superiores de Ensino deve manter em sítio eletrônico ou em página específica de forma visível e de fácil acesso ao público, a lista de todos os cursos oferecidos pela instituição, assim como a lista das disciplinas que compõem as grades curriculares dos cursos e suas respectivas cargas horárias, bem como a identificação dos docentes que ministrarão as aulas em cada curso. Porém, ao utilizar como mecanismo de pesquisa, o acesso aos documentos via endereço eletrônico, algumas matrizes ou PPCs não foram encontrados ou não estavam atualizados. Sendo assim, a pesquisa aqui citada é baseada somente nos dados fornecidos até o momento pelo site da instituição. Dessa forma, em casos onde haviam mais de um PPC ou matriz curricular, considerou-se o mais recente.

Assim, ao analisar as matrizes curriculares das licenciaturas ofertadas pela UFG/Regional Goiânia, foi possível identificar, conforme o quadro a seguir, que apenas os cursos de licenciatura em Pedagogia, Química, Educação Física e Dança ofertam, segundo os PPCs dos cursos e matrizes curriculares, disciplinas relacionadas aos fundamentos da educação inclusiva.

Quadro 1 – Licenciaturas da UFG/Regional Goiânia com conteúdo de educação inclusiva (2018)

Licenciaturas	Disciplina	Modalidade	Endereço eletrônico para acessar PPC ou matriz curricular
Artes Cênicas	-----		Nenhum documento foi encontrado
Artes Visuais	Não oferta		https://www.fav.ufg.br/up/403/o/Ementas_e_Bibliografia_Licenciatura_em_Artes_Visuais_-_Grade_2014-1.pdf?1417469230 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2014a).
Ciências Biológicas	Não oferta		https://icb.ufg.br/n/18507matrizcurricularbiolicen (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2003).
Ciências Sociais	-----		Nenhum documento foi encontrado
Dança	Dança, inclusão e diferença	Núcleo Específico	https://fefd.ufg.br/up/73/o/Projeto_Pedag%C3%B3gico_do_Curso_Dan%C3%A7a.pdf (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2011a).
Educação Física	Pesquisa e Ensino em Educação Física, Inclusão e Diferença :	Núcleo Comum	https://fefd.ufg.br/up/73/o/PPC_Educa%C3%A7%C3%A3o_F%C3%ADsica_Bacharelado_2013.pdf (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2014b).

Educação Intercultural	Não oferta		https://intercultural.letras.ufg.br/p/24630-documentos-e-downloads (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2006).
Filosofia	Não oferta		https://www.filosofia.ufg.br/up/107/o/EstruturaCurricular.pdf (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, s/d).
Física (integral e noturno)	Não ofertam		https://www.if.ufg.br/p/4859-licenciatura (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2013).
Geografia	Não oferta		https://www.iesa.ufg.br/ (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2005).
História	Não oferta		https://www.historia.ufg.br/up/108/o/Resolucao_CEPEC_2015_1364.pdf?1524515823 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2015a).
Letras línguas estrangeiras (espanhol, inglês e francês)	Não oferta		https://le.letras.ufg.br/ (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2012b).
Letras (Português)	Não oferta		https://letras.ufg.br/up/25/o/pj_pcc_por.pdf (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2011b).
Letras (Libras)	-----		Nenhum documento foi encontrado
Matemática	Não oferta		https://mat.ufg.br/up/29/o/sugestao_de_fluxo_matematica_2.pdf (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2012a).
Música (Educação musical, Ensino do Canto, Ensino do Instrumento Musical)	-----		Nenhum documento foi encontrado
Pedagogia	Fundamentos Teóricos e Práticos da Educação Especial e Inclusão Escolar (optativa)	Núcleo Optativo	https://fe.ufg.br/up/2/o/2018PPC_Pedagogia_%281%29.pdf?1518023839 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2015b).
Psicologia	Não oferta		https://fe.ufg.br/up/2/o/Matriz_Curricular_Psicologia.pdf (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2007).
Química	Fundamentos da Educação Inclusiva	Núcleo Específico	https://quimica.ufg.br/p/26576-quimica-licenciatura (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2014c).

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Em relação aos dados apresentados, o curso de Pedagogia passou por uma reformulação recente em seu PPC (2015) e agora conta com a disciplina Fundamentos Teóricos e Práticos da Educação Especial e Inclusão Escolar, de caráter optativo em sua grade, e também oferta a disciplina de Libras em seu NC, disciplina que outrora era ofertada apenas como NL. O curso de Química

em seu PPC (2014) apresenta também a oferta de uma disciplina de Fundamentos da Educação Inclusiva, de caráter optativo. Apesar de as disciplinas de fundamentos serem ofertadas como optativa, considera-se um avanço para a formação docente e espera-se que possam ser futuramente consideradas disciplinas integrantes do NC ou do NE do curso.

Ao analisar a ementa da disciplina Fundamentos da Educação Inclusiva, ofertada pelo curso de Química, percebe-se que a intenção da disciplina é discutir de forma geral o contexto no qual o atendimento educacional a alunos em escolas regulares e especiais se estabelece, já que indica a realização de um breve histórico da trajetória da educação especial à educação inclusiva, destacando modelos de atendimento, paradigmas, educação especializada, integração, inclusão. De forma crítica e reflexiva, propõe em sua bibliografia básica leituras voltadas para as Políticas Educacionais para a Educação Inclusiva e, na complementar, apresenta leituras voltadas para o contexto social da educação inclusiva e formação de educadores. Entre os principais autores indicados, encontra-se Ferreira (2006), Glat (1998), Mittler (2003), Stainback e Stainback (1999).

A disciplina ofertada pelo curso de Pedagogia, conforme a ementa e o plano de ensino indica caminhos teóricos condizentes com a ofertada pelo Instituto de Química. Inclusive, possui em suas referências bibliográficas autores e documentos em comuns. Sua ementa também sugere discussões voltadas para as Políticas Educacionais para a Educação Especial e para a Inclusão, sendo que o destaque está na realização desta análise, sobretudo a partir dos anos de 1990, com ênfase nas esferas Municipais, Estaduais e da União. Recomenda, também, o estudo de alguns conceitos como “estigma”, “diferença”, “identidade”, “educação especial”, “pessoas com necessidades educativas”. E prevê, ainda, a possibilidade de visitas a espaços institucionais que se proclamam “especiais” e “inclusivos”, com a finalidade de relacionar discurso e ação.

As disciplinas ofertadas pelo curso de Educação Física e de Dança se assemelham, principalmente, por estarem, de certo modo, dentro de um mesmo campo temático. Suas ementas indicam o estudo das práticas corporais

relacionadas à inclusão, às características biológicas e históricas das deficiências, vivências das atuações profissionais dentro de uma perspectiva inclusiva e outros pontos importantes para prática pedagógica frente à diversidade. Em suas referências bibliográficas destacam-se teóricos em comuns com as disciplinas anteriores e a proposta de analisar e discutir as políticas nacionais para inclusão.

Com base nisso, acredita-se que o profissional que cursar essas disciplinas poderá abranger seus conhecimentos de forma breve, mas ampla, já que terá acesso a discussões voltadas não só para o contexto e o conceito de “educação inclusiva”, mas também para as principais políticas públicas voltadas para esta nova realidade, os principais paradigmas que envolvem esta temática, a possibilidade de desconstruir ideias errôneas acerca do processo de inclusão na escola e ainda visitar espaços institucionais, com a finalidade de relacionar a teoria com a prática, de forma a subsidiar seu trabalho futuro em sala de aula ou em espaços educacionais. Abaixo, as disciplinas e suas respectivas ementas:

Quadro 2 – Ementas das disciplinas com conteúdos de educação inclusiva das licenciaturas da UFG/Regional Goiânia (2018)

Disciplina	Ementa
Pesquisa e Ensino em Educação Física, Inclusão e Diferença	Estudo crítico de problemáticas que envolvem a diversidade, as práticas corporais e inclusão ; Estudo introdutório das deficiências do ponto de vista histórico-social. Características das deficiências mais comuns presentes nos ambientes não formais. Aspectos teórico-metodológicos das práticas corporais adaptadas e inclusivas no contexto do esporte, do lazer e da saúde. Pesquisa e intervenção em práticas corporais adaptadas e inclusivas.
Dança, Inclusão e Diferença	Estudo dos conceitos de inclusão/exclusão e normalidade/patologia . Diferenças corporais e dança a partir da perspectiva histórica e social. Características biológicas e histórico-sociais das deficiências . Aspectos teórico-metodológicos e vivências da dança na perspectiva da inclusão .
Fundamentos da Educação Inclusiva	Estudos para uma reflexão crítica sobre o Sistema Educacional Brasileiro, em seus aspectos filosóficos, sociais, econômicos, culturais e legais, que orientam e normatizam as Políticas de Atendimento aos alunos das Instituições de Ensino Regular e Especial. Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva : modelos de atendimento, paradigmas: educação especializada/integração/inclusão. Políticas públicas para Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual. Identidade cultural como fluidez e não raiz geográfica.
Fundamentos Teóricos e Práticos da Educação Especial	Abordagem de natureza teórico-prática tendo como referência as políticas públicas educacionais direcionadas à educação especial e à educação inclusiva , sobretudo a partir dos anos de 1990, nas esferas do Município, do Estado e da União. Estudo de conceitos , tais como estigma, diferença, identidade, educação especial, pessoas com

Inclusão Escolar	necessidades educativas especiais, preconceito, exclusão social e inclusão escolar. Vivência da realidade educacional por meio de visitas estruturadas e aportes teóricos.
-------------------------	--

Fonte: UFG (2014b); UFG (2011a); UFG (2014c); UFG (2015b)

Ao analisar o quadro 2 tomando como base as palavras em destaque, percebe-se que, de forma geral, as disciplinas se relacionam ao proporem a estudar as temáticas que envolvem a inclusão e a exclusão das pessoas no contexto histórico-social atual. É possível perceber, ainda, que as licenciaturas em Dança e Educação Física possuem foco mais explícito no estudo das deficiências não só do ponto de vista histórico-social, mas também biológico. Nesse sentido, o destaque parece estar no estudo de alguns conceitos importantes, ao discutir sobre educação inclusiva, e nas principais políticas educacionais para inclusão.

Enquanto docente da Rede Pública Municipal, acredita-se ser de grande importância os estudos das temáticas mencionadas, porém, para além dessas discussões, é preciso pensar em estudos que abranjam os diversos tipos de deficiências, síndromes, transtornos dentre outros, pois o que se percebe na prática escolar é o estranhamento por falta de informações. Para desempenhar um bom processo de ensino, é preciso conhecer. Para que as pessoas com deficiências possam ter acesso de forma justa ao conhecimento, é necessário que os docentes saibam distinguir as diversas formas de aprendizagem, isto é, como esses alunos aprendem e suas diversas particularidades e necessidades.

O que é fato nas escolas atualmente são professores que querem auxiliar seus alunos em seus processos de aprendizagem, mas, por falta de formação inicial ou continuada, não conseguem. Por sua vez, os alunos são deixados de lado, propiciando apenas o processo de integração, e não de inclusão. Dessa forma, é essencial repensar a formação docente, tanto em nível inicial quanto continuada, para que as temáticas alcancem não só o campo teórico, mas também prático. Não basta saber conceituar inclusão escolar e exclusão e não saber como contribuir para o processo de inclusão na sala de aula, no dia a dia da escola.

Considerações finais

Tendo como base os estudos realizados e os dados encontrados, foi possível perceber quanto é preciso avançar para que a educação inclusiva seja considerada tema fundamental nos cursos de formação de professores. Sabe-se que há avanços significativos, porém, os dados mostram que ainda é superficial o espaço da educação inclusiva na formação docente.

É preocupante constatar que apenas quatro cursos de licenciaturas ofertam disciplinas na área de fundamentos de educação inclusiva, uma vez que estes profissionais provavelmente atuarão na educação e irão se deparar com a diversidade em sala de aula. No entanto, fica uma inquietação: esses serão sujeitos que contribuirão com o processo de inclusão ou de integração?

Dessa forma, os dados encontrados revelam que ainda é preciso investir não somente na formação inicial de professores para inclusão, mas, também, na formação continuada. Isso porque se observa o grande número de professores que estão em salas de aulas diariamente e não sabem como contribuir para o processo de inclusão, ou não tem apoio das secretarias de educação para isso.

Portanto, é importante lutar e mobilizar profissionais de educação, escolas, secretarias educacionais e toda a comunidade escolar para que a inclusão escolar seja uma realidade, para que os profissionais tenham condições básicas de serem sujeitos ativos do processo de inclusão. Que possam ter formação para desenvolverem sua prática pedagógica de forma crítica, reflexiva, de qualidade e, principalmente, para todos, sem exclusão ou exceção.

Considera-se este estudo ainda de caráter inicial, pois já se sabe que a formação inicial dos docentes necessita avançar e que tantos outros precisam de subsídios para que sua prática em sala seja inclusiva. Nasce agora novas inquietações sobre como os profissionais de escolas públicas têm atuado para que suas práticas sejam inclusivas; qual o respaldo e auxílio que as secretarias de educação têm fornecido para esses profissionais; como tem acontecido o processo de ensino e aprendizagem frente a essa realidade. Ou seja, há ainda muito para pesquisar e lutar para que a inclusão escolar não seja estudada somente na teoria.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Lei nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014.

_____. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.2001.

FERREIRA, Júlio Romero. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, David A (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006. p. 85-114.

GLAT, Rosana. **A integração social do portador de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1998

MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão escolar: o que é? In: _____. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. (Org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 25-38.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.

OLIVEIRA, Ana Flávia Teodoro de Mendonça. **Plano de ensino da disciplina: fundamentos teóricos e práticos da educação especial e inclusão escolar** [Mimeo]. Universidade Federal de Goiás, 2017.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. O trabalho monográfico como iniciação à pesquisa científica. In: CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.). **Construindo o saber: metodologia científica – fundamentos e técnicas**. 24a. ed. São Paulo: Papirus, 2012. p. 185-213.

PIMENTEL, Susana Couto. Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, Therezinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão (Org.). **Formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano I, número I - julho de 2009.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Regulamento Geral dos Cursos de Graduação. 2017. Disponível em: <<https://transportes.fct.ufg.br/p/14215-regulamento-geral-dos-cursos-de-graduacao-rgcg>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em História. 2015a. Disponível em: <https://www.historia.ufg.br/up/108/o/Resolucao_CEPEC_2015_1364.pdf?1524515823>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Projeto Político Pedagógico do Curso da Graduação em Pedagogia. 2015b. Disponível em: <https://fe.ufg.br/up/2/o/2018PPC_Pedagogia_%281%29.pdf?1518023839>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Matriz Curricular do Curso de Graduação em Artes Visuais. 2014a. Disponível em: <https://www.fav.ufg.br/up/403/o/Ementas_e_Bibliografia__Licenciatura_em_Artes_Visuais_-_Grade_2014-1.pdf?1417469230>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física. 2014b. Disponível em: <https://fefd.ufg.br/up/73/o/PPC_Educa%C3%A7%C3%A3o_F%C3%ADsica_Bacharelado_2013.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Química. 2014c. Disponível em: <<https://quimica.ufg.br/p/26576-quimica-licenciatura>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Matriz Curricular do Curso de Graduação em Física (noturno e integral). 2013. Disponível em: <<https://www.if.ufg.br/p/4859-licenciatura>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Matriz Curricular do Curso de Graduação em Matemática. 2012a. Disponível em: <https://mat.ufg.br/up/29/o/sugestao_de_fluxo_matematica_2.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Línguas Estrangeiras (Espanhol, Inglês e Francês). 2012b. Disponível em: <<https://le.lettras.ufg.br/>>. Acesso em: 24 de nov. 2018.

_____. Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Dança. 2011a. Disponível em: <https://fefd.ufg.br/up/73/o/Projeto_Pedag%C3%B3gico_do_Curso_Dan%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Letras – Português. 2011b. Disponível em: <https://letras.ufg.br/up/25/o/pj_pcc_por.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Matriz Curricular do Curso de Graduação em Psicologia. 2007. Disponível em: <https://fe.ufg.br/up/2/o/Matriz_Curricular_Psicologia.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Intercultural. 2006. Disponível em: <<https://intercultural.lettras.ufg.br/p/24630-documentos-e-downloads>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Geografia. 2005. Disponível em: <<https://www.iesa.ufg.br/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Matriz Curricular do Curso de Graduação em Ciências Biológicas. 2003. Disponível em: <<https://icb.ufg.br/n/18507matrizcurricularbiolicen>>. Acesso em: 24 de nov. 2018.

_____. Matriz Curricular do Curso de Graduação em Filosofia. Disponível em: <<https://www.filosofia.ufg.br/up/107/o/EstruturaCurricular.pdf>>. s/d. Acesso em: 24 nov. 2018.

Sobre a Autora e o Autor

Françoisa Gontíjo Timóteo

Professora efetiva da Rede Municipal de Goiânia, atua no primeiro Ciclo de Formação e Desenvolvimento Humano. Especialista em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal Goiano - Campus Trindade (2018). Possui licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás - (2016).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6198401693695485>

Alex Tristão de Santana

Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais - IESA, da Universidade Federal de Goiás - UFG. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás - UFG/Regional Catalão. Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - UFG/Regional Catalão. Atualmente é professor do Instituto Federal Goiano - IFGoiano/Campus Trindade. Membro da diretoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB - Seção Goiânia (2016 - 2018). Tem experiência na área de Geografia humana, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia urbana, geografia dos transportes, geografia regional, geografia do trabalho, educação ambiental e inclusão social.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5874099370180131>

Recebido em Fevereiro de 2019.
Aceito para publicação em Abril de 2019.